

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2025

TERMO DE APROVAÇÃO

APROVADO EM REUNIÃO DA DIREÇÃO DE 24 DE MARÇO DE 2026

PRESIDENTE - Rogério Nunes Gomes

VICE PRESIDENTE - João Gomes

SECRETÁRIO - Daniel Botelho Gomes

TESOUREIRO - Cristiano Gomes

VOGAL - João Gomes

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE MARÇO
2026

PRESIDENTE - Francisco Monteiro Cuijóris

1º SECRETÁRIO - Ricardo Manuel Lourenço

2º SECRETÁRIO - Sara Isabel Gomes Verde Fomene

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA 2025

A Direção do Centro de Bem Estar Social de Glória do Ribatejo, tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório de Gestão e Contas de Gerência do Ano de 2025, acompanhados pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

A NOSSA MATRIZ

VISÃO

Ser uma Instituição de referência, com reconhecida qualidade na prestação das suas respostas sociais a toda a comunidade envolvente.

MISSÃO

Disponibilizar aos Idosos, Infância e toda a comunidade envolvente, respostas sociais que permitam a melhoria da qualidade de vida e bem-estar, contribuindo para a sua valorização pessoal e social.

CAROS ASSOCIADOS:

O ano de 2025 foi marcado por uma forte instabilidade a nível mundial, com impacto profundo na Europa e consequentemente também em Portugal. As indefinições regulatórias e financeiras, provocadas por constantes mudanças de orientação política, geram nas instituições uma imprevisibilidade de programar que poderão pôr em causa o normal funcionamento das respostas sociais. Nós CBESGR, continuamos fortemente empenhados no término das obras da ERPI, acompanhando as mesmas no seu dia a dia, quer na frente de trabalho, quer no domínio administrativo, económico e financeiro, atuando junto dos nossos parceiros, a fim de levarmos o barco a bom termo, e normalizar a vida em volta d Instituição.

O Presidente da Direção

Rogério Nunes Monteiro

VALORES

Profissionalismo: Desempenhar as funções de acordo com as normas estabelecidas, de forma empenhada e rigorosa, com verdade e transparência.

Respeito: tratar todos de forma justa e imparcial, aceitando a individualidade de cada um.

Confidencialidade: Não transmitir ao exterior, informações da Instituição, utentes ou colaboradores, que possam comprometer o seu bom nome e o funcionamento da Instituição.

Colaboração: Estar aberto e disponível para ouvir e ajudar os outros, numa atitude de interação e partilha.

Solidariedade: Estar atento ser sensível às necessidades dos outros, agindo ativamente na procura de soluções adequadas.

ASSEMBLEIA GERAL

Função	Nome	Observações
Presidente	Francisco Monteiro Cristóvão	
1º Secretário	Ricardo Manuel Monteiro Peixe	
2º Secretário	Sara Isabel Gomes Verde Fonseca	
Suplente	Ana Margarida Monteiro Nunes	

CONSELHO FISCAL

Presidente	Silvestre Constantino Ferreira Fino	
Vogal	Cidália Maria Oliveira Caneira	
Vogal	Vítor José Pereira	
Suplente	Sara Cristina Monteiro Caneira	

Direção

Presidente	Rogério Nunes Monteiro	
Vice- Presidente	João Batista de Oliveira	
Secretário	Dionísio Batista Gomes Bernardino	
Tesoureiro	Cristóvão Filipe Abade	
Vogal	José Pirralha	
Suplente	João Pedro Monteiro Pereira	

Introdução

O ano de 2025 continuou particularmente difícil, em termos económicos, financeiros, regulatórios e mesmo sociais. Ainda estávamos a fechar a porta aos efeitos da crise inflacionária, e já o mundo continuava de candeia às avessas, particularmente depois da entrada do Trumpismo. As matérias-primas que consumimos e os FSE não param de crescer levando a Tesouraria a estar sempre em alerta crítico. **Embora todos tenhamos a consciência plena, que os trabalhadores das IPSS, são muito mal remunerados** para as tarefas que desempenham, a grande maioria apenas aufer a RMMG – Remuneração Mensal Mínima Garantida. Ainda assim, a RMMG de 2019 a 2025 passou de 600€ para 870€, ou seja, um aumento médio de 45%, enquanto as nossas respostas sociais não tiveram um aumento médio superior a 25%. É óbvio, que o dinheiro transferido não chega para fazer face aos encargos, mas lá vamos andando. Estes e outros constrangimentos limitaram o normal desenvolvimento das ações previstas no nosso Plano de Ação para o ano de 2024. Ainda assim, merecem referência, as seguintes ações:

1 – Articulação das Respostas Sociais: Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Creche, num ambiente conturbado pelos motivos já expostos, e uma enorme carga regulatória, essencialmente na aplicação do Regime de Gratuidade na Creche, tarefa levada a cabo em conjunto com o Instituto da Segurança Social, IP.;

2 – Desenvolvimento e consolidação/fim do Projeto de Execução da ERPI;

3 – Consolidação e acompanhamento dos Projetos Setoriais, das alterações previstas à parte do edifício a remodelar;

Desenvolvimento:

1 – Em 2025, ano perturbado pelos motivos já expostos, continuação da crise internacional, com efeitos brutais no aumento dos produtos que adquirimos para a cozinha bem como dos FSE – fornecimentos e serviços externos, com particular relevância os produtos energéticos – combustíveis, gás e eletricidade, houve necessidade imperiosa de adaptarmos o funcionamento das respostas sociais – à crise que estávamos e continuamos a atravessar. Enquanto a Creche foi objeto de importantes alterações no seu funcionamento interno, todas as crianças nascidas a partir de setembro de 2021, obtiveram o Regime de Gratuidade completa, ou seja, as participações totais foram asseguradas pela Segurança Social, Houve necessidade de adaptar os Regulamentos Internos, bem como todas as interações com a entidade que assegura os pagamentos – Segurança Social. Quanto aos utentes da resposta CD – Centro de Dia, alguns passaram a estar no edifício e os outros domiciliados, mostrando alguma resistência em

regressar, o que implicou, uma profunda articulação entre os diversos setores – Transportes, lavandaria, cozinha e apoio à saúde. Quanto à resposta SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, podemos na generalidade afirmar que não foi particularmente afetada. Podemos afirmar com alguma certeza de que, a qualidade de serviço não foi prejudicada, pelas alterações legais impostas e pela reorganização do funcionamento das respostas.

2 – Quanto ao Projeto da ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, foi um ano particularmente exigente em programação dos trabalhos, dado o último quadrimestre do ano, ser muito adverso nas condições meteorológicas, obrigando a alterações diárias no cronograma das tarefas. Por outro lado, as alterações a efetuar na parte já edificada, tornaram-se quase num calvário, com necessidade de ajustamentos frequentes, com conseqüentes alterações aos projetos e os custos a disparem, pela quantidade de trabalhos não a mais, mas não previstos inicialmente. Obviamente que os prazos de execução, já foram alargados e terão de voltar a ser para podermos concluir todo o projeto. Para no fim das obras não perdermos muito tempo, já avançamos com o levantamento/ layout do mobiliário e equipamentos, quantidades e dentro em breve iremos consultar o mercado para assegurarmos em tempo útil o seu fornecimento. Também já estamos numa fase adiantada da definição do Quadro de Pessoal e Regulamento Internos necessários às novas respostas e capacidades, porque a Segurança Social terá de dar o seu acordo e só depois podemos avançar.

Em todos os momentos que surgiram as dificuldades elencadas, e todas as outras impossíveis de discriminar, realço com gratidão o empenho do Presidente da Câmara, dos Técnicos do Município alocados ao projeto, bem como da Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo, particularmente na pessoa do seu Presidente.

Seria ingrato da minha parte, ignorar a disponibilidade, o interesse e o querer estar sempre do lado da resolução dos problemas, os Técnicos do ISS. IP, quer localizados em Santarém ou na Estrutura Central em Lisboa.

3 – Como já foi dito no ponto 2, tem havido necessidade quase permanente de adequação dos Projetos Setoriais – ITED, SCI, Gás; Eletricidade, Águas Residuais e Pluviais, da parte já edificada. À medida que vamos partindo para recuperar, surgem novas dificuldades a necessitarem de análise, decisão técnica e de suporte, o que tem obrigado à Estrutura de acompanhamento, a realização de reuniões tomadas de decisão todos os dias.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Anexo I – Demonstrações Financeiras.

2 – Anexo II – Anexo às Demonstrações Financeiras.

AÇÕES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ANO

3 – Anexo III – Respostas Sociais – Centro de Dia e Apoio Domiciliário
– Dra. Ana Isabel

4 – Anexo IV – Resposta Social Creche – Educadora Marina Bento

• Rogério Nunes Gonçalves
• João
• Diana Botto Gomes Rebelo
• Cristina Almeida
• João Paulo

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller initials below it.

ANEXO I

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Handwritten signatures and numbers
 Contribuinte: 501519610
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 876 217,28	1 480 750,72
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		4 675,15	4 675,15
Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros		2 282,38	1 648,74
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 883 174,81	1 487 074,61
Ativo corrente			
Inventários		1 685,34	2 056,23
Créditos a receber		13 830,89	12 074,68
Estado e outros entes publicos		43 000,55	9 818,59
Outras contas a receber		1 839,66	9 311,50
Diferimentos		4 795,52	5 552,56
Caixa e Depósitos Bancarios		20 680,51	788 970,02
		85 832,47	827 783,58
Total do ativo		2 969 007,28	2 314 858,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		200 094,15	200 094,15
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		133 548,66	156 470,33
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		90 931,39	87 712,90
		424 574,20	444 277,38
Resultado líquido		3 186,64	-22 921,67
Total dos fundos patrimoniais		427 760,84	421 355,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		249 000,00	51 111,16
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		249 000,00	51 111,16
Passivo corrente			
Fornecedores		31 197,71	8 596,81
Estado e outros entes publicos		11 885,28	19 727,21
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		76 971,97	203 879,89
Outros passivos correntes		2 172 191,48	1 610 187,41
		2 292 246,44	1 842 391,32
Total do passivo		2 541 246,44	1 893 502,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 969 007,28	2 314 858,19

Handwritten signature: Rogério
 A Direcção

Handwritten signature: Maria Francisca
 O responsável
 e.e.
 40901

Handwritten signature: Dan Bto Com Bch

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		632.515,16	565.790,82
Subsídios, doações e legados à exploração		81.387,17	44.135,84
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		92.313,98	84.734,83
Fornecimentos e serviços externos		103.098,67	90.329,46
Gastos com o pessoal		496.424,15	433.749,80
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		23.893,02	18.674,36
Outros gastos		390,00	568,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		45.568,55	19.218,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		38.895,80	39.590,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.672,75	-20.371,76
Juros e rendimentos similares obtidos		111,00	744,55
Juros e gastos similares suportados		3.597,11	3.294,46
Resultados antes de impostos		3.186,64	-22.921,67
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.186,64	-22.921,67

Rogério Luis ...
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Maria Francisca ...
[Signature]
 e e
 40901

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 905 - Creche

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		278.801,27	251.473,95
Subsídios, doações e legados à exploração		666,06	9.183,75
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		24.429,93	22.516,30
Fornecimentos e serviços externos		16.061,50	23.304,30
Gastos com o pessoal		242.796,89	208.569,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		1.669,71	1.656,72
Outros gastos		0,00	143,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.151,28	7.781,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		4.634,25	4.237,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.785,53	3.543,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		538,60	797,98
Resultados antes de impostos		-7.324,13	2.745,95
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-7.324,13	2.745,95

Rogelio Luis Garcia

Jana Francisca Fereiro
 e.e
 40901

Dianna Bille Gons Bille
 Cristy Taliffon
 Jui Jimin

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 901 - CENTRO DE DIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		171.769,86	127.615,31
Subsídios, doações e legados à exploração		59.267,43	22.921,42
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		47.005,29	43.442,75
Fornecimentos e serviços externos		65.981,88	51.121,43
Gastos com o pessoal		154.584,68	134.330,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		12.219,31	3.044,64
Outros gastos		390,00	395,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-24.705,25	-75.708,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		19.254,65	16.543,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-43.959,90	-92.251,67
Juros e rendimentos similares obtidos		111,00	744,55
Juros e gastos similares suportados		3.058,51	2.313,50
Resultados antes de impostos		-46.907,41	-93.820,62
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-46.907,41	-93.820,62

Rogério Luis Gomes
[Assinatura]
Diretor Geral
[Assinatura]
[Assinatura]

Fátima Francisca Pereira
 e.p.
 40901

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 904 - Centro de Estudos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		8.598,30	10.059,50
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		56,39	1.331,31
Gastos com o pessoal		4.882,05	4.307,88
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.659,86	4.420,31
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.659,86	4.420,31
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		3.659,86	4.420,31
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		3.659,86	4.420,31

Rogério dos Santos

Maria Inês da Silva
cc.
40901

Dr. Est. Cons. B. L.
João

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9017 - POAPMC/FEAC

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		4.219,10	783,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.219,10	783,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.219,10	783,85
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		4.219,10	783,85
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		4.219,10	783,85

Rogério Alves Gonçalves

Francisco Francisco Fedeiro
cc.
40901

Dimas Sotelo Costa
João Henrique
José Daniel

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501519610

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 902 - APOIO DOMICILIÁRIO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		173.345,73	175.959,56
Subsídios, doações e legados à exploração		25.672,78	9.534,08
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		20.878,76	15.413,15
Fornecimentos e serviços externos		20.998,90	13.439,19
Gastos com o pessoal		94.160,53	82.233,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		10.004,00	13.973,00
Outros gastos		0,00	30,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		72.984,32	88.350,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.006,90	18.810,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57.977,42	69.540,37
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	182,98
Resultados antes de impostos		57.977,42	69.357,39
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		57.977,42	69.357,39

Rosário Alves Soares

Fátima Francisco Soares

Diogo Estêvão Soares
Luís António Soares
Júlio Soares

e e
40901



ANEXO II

Handwritten signature and number 3

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO

Anexo



Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos	19
9	Inventários.....	20
10	Rédito	20
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	21
14	Imposto sobre o Rendimento	21
15	Benefícios dos empregados	22
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
17	Outras Informações.....	22
17.1	Investimentos Financeiros	22
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	23
17.3	Clientes e Utentes	24
17.4	Outras contas a receber	24
17.5	Diferimentos.....	24
17.6	Outros Ativos Financeiros	25
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	25
17.8	Fundos Patrimoniais.....	25
17.9	Fornecedores.....	25
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	26
17.11	Outras Contas a Pagar.....	26
17.12	Outros Passivos Financeiros	26
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	26
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	27

[Handwritten signature]

17.15 Outros rendimentos	27
17.16 Outros gastos	27
17.17 Resultados Financeiros.....	27
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	28

1 Identificação da Entidade

A “CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Av. Estados Unidos da América, nº 23 em Glória do Ribatejo. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos: Apoio social a pessoas sem alojamento (Centro de Dia e Apoio Domiciliário) e apoio a crianças sem alojamento (Creche e Centro de Estudos)

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 junho, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração



3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Não aplicável;

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Não aplicável;

3.2.6 Investimentos financeiros

Respeita ao valor dos Fundos de Compensação do Trabalho (FCT) pagos obrigatoriamente e mensalmente por contrato de trabalho por trabalhador. (foi suspenso em 202).

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Não aplicável;

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00

Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-------	------	------	------	------	------	------

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	49 879,79					49 879,79
Edifícios e outras construções	454 518,43					454 518,43
Equipamento básico	122 443,90					122 443,90
Equipamento de transporte	228 591,91					228 591,91
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	55 443,85	1 582,58				57 026,43
Outros Ativos fixos tangíveis	2 779,90					2 779,90
Total	913 657,78	1 582,58	0,00	0,00	0,00	915 240,36
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	192 716,79	9 090,37				201 807,16
Equipamento básico	112 991,47	2 964,28				115 955,75
Equipamento de transporte	153 351,01	26 313,68				179 664,69
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	49 262,51	1 222,36				50 484,87
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	508 885,21	39 590,69	0,00	0,00	0,00	548 475,90
Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	49 879,79					49 879,79
Edifícios e outras construções	454 518,43					454 518,43
Equipamento básico	122 443,90					122 443,90
Equipamento de transporte	228 591,91					228 591,91
Equipamento biológico	57 026,43					57 026,43
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2 779,90					2 779,90
Total	915 240,36	0,00	0,00	0,00	0,00	915 240,36
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	201 807,16	9 090,37				210 897,53
Equipamento básico	115 955,75	2 964,28				118 920,03
Equipamento de transporte	179 664,69	26 313,68				205 978,37
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	50 484,87	527,47				50 484,87

Outros Ativos fixos tangíveis						563,43
Total	548 475,90	38 895,80	0,00	0,00	0,00	587 371,70

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes:

Descrição	2024					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2025					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	2 595,30					2 595,30
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 595,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2 595,30
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	2 595,30					2 595,30

Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 595,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2 595,30

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	2 595,30					2 595,30
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 595,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2 595,30
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	2 595,30					2 595,30
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 595,30	0,00	0,00	0,00	0,00	2 595,30

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total						

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	249 000,00	249 000,00	0,00	51 111,16	51 111,16
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	249 000,00	249 000,00	0,00	51 111,16	51 111,16

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 430,31	78 612,67	5 748,08	2 056,23	90 884,58	1 058,51	1 685,34
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	2 430,31	78 612,67	5 748,08	2 056,23	90.884,58	1 058,51	1 685,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				84 734,83			92 313,98
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	630 902,66	564 279,82
Quotas e joias	1 852,50	1 603,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	111,00	744,55
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	632 866,16	566 627,37

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00

Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Não aplicável;

Ativos contingentes

Não aplicável;

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
	60 140,96	31 330,34
Apoios do Governo		
Total	60 140,96	31 330,34

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2025				2024			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2025	2024
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente 11 e 11.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Os órgãos sociais não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 24 e em 31/12/2025 foi de 24.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	395 181,62	348 909,33
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	87 390,96	77 511,90
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 926,20	4 980,52
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 925,37	2 348,05
Total	496 424,15	433 749,80

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00

Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	4 675,15	4 675,15
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4 675,15	4 675,15

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	2 462,38	1 765,74
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	2 462,38	1 765,74
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	180,00	117,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	180,00	117,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2025 e 2024, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	13 830,89	12 074,68
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	13 830,89	12 074,68

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	1 001,00
Adiantamentos ao pessoal	1 029,16	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 029,16	1 001,00

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
	4 795,52	5 552,56
Total	4 795,52	5 552,56
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	884,52	1 136,23
Depósitos à ordem	17 109,04	29 462,48
Depósitos a prazo	2 686,95	758 371,31
Outros		
Total	20 680,51	788 970,02

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	200 094,15	0,00	0,00	200 094,15
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	156 470,33	0,00	-22 921,67	133 548,66
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	87 712,90	3 906,03	0,00	90 931,39
Total	444 277,38	3 906,03	-22 921,67	425 261,74

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	31 197,71	8 596,81
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	31 197,71	8 596,81

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	43 000,38	9 818,42
Outros Impostos e Taxas	0,17	0,17
Total	43 000,55	9 818,59
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	10 991,84
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 428,00	958,00
Segurança Social	10 457,28	7 777,37
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11 885,28	19 727,21

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		-1 029,16		-1 001,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		140 522,47
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	-1 029,16	0,00	139 521,47

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

Descrição	2025	2024
	-0	-0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	60 140,96	31 330,34
Subsídios de outras entidades	4 371,89	2 526,93
Doações e heranças	16 874,32	10 278,57
Legados	0,00	0,00

Total	81 387,17	44 135,84
-------	-----------	-----------

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	33 543,38	23 746,33
Materiais	21 381,46	24 484,19
Energia e fluidos	28 410,12	30 934,49
Deslocações, estadas e transportes	19,90	26,00
Serviços diversos	19 743,81	11 138,45
Total	103 098,67	90 329,46

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	4 872,67	5 417,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	12,99	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	19 007,36	13 257,36
Total	23 893,02	18 674,36

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	30,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	390,00	538,00
Total	390,00	568,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 597,11	3 294,46
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	3 597,11	3 294,46
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,00	744,55
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	111,00	744,55
Resultados Financeiros	-3 486,11	-2 549,91

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 28 de março de 2026.

O Contabilista Certificado

Francisca Ferreira
c.c.
40501

A Direção

Rogério dos Santos

x

x

Christina



ANEXO III

Relatório de Atividades Desenvolvidas em Centro de Dia e SAD

Introdução

O presente relatório de atividades tem como objetivo descrever as atividades que foram desenvolvidas em contexto de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, entre outubro de 2025 e março de 2026. Todas as atividades são pensadas e desenvolvidas tendo em conta o bem-estar e qualidade de vida dos nossos Utentes, bem como a adaptação destas às suas capacidades e necessidades.

Tipologia de Atividades

As atividades propostas dividem-se por cinco grupos:

- Atividades de carácter social
- Atividades de carácter lúdico
- Atividades de carácter cultural
- Atividades de carácter recreativo
- Atividades de carácter terapêutico

Importa salientar que há atividades que podem cruzar-se entre si. As atividades não se enquadram de forma exclusiva numa única tipologia, podendo assumir diferentes características, visto que várias têm os mesmos objetivos em simultâneo. Temos o exemplo do jogo do bingo ou dos trabalhos manuais que para além do elemento lúdico, contribuem também para a estimulação cognitiva e reforço das relações interpessoais. Há flexibilidade entre as diferentes tipologias de atividades.

Atividades de Carácter Social

Estas são consideradas com vista à promoção da interação dos Utentes, combatendo o isolamento. Estimulam a autonomia e a participação na sociedade. Têm como foco a interação, a comunicação, a integração e as relações interpessoais.

Ao longo do estágio, foram trabalhadas diversas atividades tendo em conta a interação social entre os Utentes, com vista ao combate do isolamento, fomentando as relações interpessoais. Exemplo dessas atividades incluíram momentos de conversa em grupo, onde os Utentes partilharam experiências do seu quotidiano, os jogos em roda que geram sempre o apoio mútuo, que acabam por promover o sentimento de pertença ao

grupo. É a partir da socialização que também se viu facilitada a integração de novos Utentes à Instituição. Cria-se um ambiente de confiança, onde há um à-vontade para se poderem expressar e partilhar experiências de vida uns com os outros.

No que toca ao Serviço de Apoio Domiciliário, para além das atividades que são propostas a realizar, ressalta-se a importância que há no contato individual com cada um. As atividades acontecem acompanhados por momentos de diálogo e escuta ativa. Reforça-se assim a valorização do Utente enquanto pessoa ativa na sociedade, na Instituição. É levar um pouco do que acontece na Instituição a casa de cada Utente. É partilha. É o sentimento de pertença. É um sair de rotina.

Atividades de Carácter Lúdico

Estas atividades baseiam-se na promoção do bem-estar e alegria e estimulam a participação ativa através de jogos que proporcionam descontração e momentos de lazer ao Utente. Este tipo de atividades estimulam a participação ativa, a atenção, o bem-estar e a felicidade dos Utentes.

Foram várias as atividades desta tipologia e talvez tenha um papel central ao longo deste estágio. Para exemplificar algumas destas atividades, temos jogos como o bingo, jogos de associação de cores, associação de temas com imagens correspondentes, jogos de cartas, jogo “ArgolArte”, entre outros. Estimula-se sempre a participação ativa do Utente, mesmo com aqueles mais reservados ou com maiores limitações, vê-se a entreajuda que se gera de Utente para Utente. São os Utentes que começam a incentivar o seu par para que participem na atividade também (par = colega). Com estas atividades criam-se momentos de alegria e de boa disposição.

Atividades de Carácter Cultural

São atividades que dizem respeito à celebração de datas festivas e tradições. A partir destas, valorizam-se as vivências e memórias dos Utentes, continuando o legado que foi deixado de geração em geração. Preservam-se tradições, estimula-se a memória cultural e reforça-se a identidade individual e coletiva.

É a partir destas atividades que é feita a ligação entre o passado e o presente. São desenvolvidas sobretudo em torno de datas festivas, como é o caso do São Martinho, o Halloween, o Natal, o Carnaval, entre outras. Para dar mais especificidade, foram construídas caixas para as castanhas para celebrar o São Martinho, foram feitos trabalhos manuais para decorar a Instituição quanto à data festiva, lembranças a entregar no Natal, os gorros, fatos para celebrar o Carnaval. Durante estas atividades foi possível observar o empenho de cada Utente, em cada atividade prestada. Reforça-se aqui o sentimento de identidade. Valoriza-se o papel dos Utentes como transmissores de saberes e tradições.

Atividades de Carácter Recreativo

São atividades que dizem respeito a momentos de lazer fora da rotina habitual, mais especificamente passeios, visitas ao exterior ou participação em iniciativas na comunidade. Através destas atividades, proporciona-se o contacto com o meio envolvente, promovendo o bem-estar, a socialização e a quebra da rotina diária dos utentes.

Ao longo do estágio, foram realizadas algumas atividades deste carácter, como a saída para a colocação da estrela de Natal na árvore comunitária, momentos de convívio no exterior, nomeadamente ida ao café para lanchar, bem como pequenas saídas para aquisição de materiais necessários à Instituição. Estas experiências permitiram aos Utentes sair do ambiente habitual, estimulando a interação com a comunidade e reforçando o convívio em contextos diferentes do dia a dia institucional. Verificou-se que estes momentos tiveram um impacto positivo no bem-estar dos Utentes, contribuindo para a sua motivação, participação ativa e fortalecimento das relações interpessoais.

Atividades de Carácter Terapêutico

Estas atividades estão ligadas à estimulação cognitiva, motora e sensorial. A execução de trabalhos manuais, atividades de motricidade fina e as aulas de Gerontomotricidade, contribuem para a melhoria das capacidades dos Utentes, promovendo a sua autonomia e qualidade de vida.

São atividades cuidadosamente adaptadas às capacidades de cada Utente, respeitando os limites de cada e promovendo a sua autonomia. Entre elas identificam-se a pintura, a colagem, a construção de objetos, os jogos de estimulação cognitiva, atividades sensoriais e aulas de Gerontomotricidade. Trabalha-se a coordenação motora fina, a memória, a capacidade de concentração. São atividades que promovem a melhoria da qualidade de vida dos Utentes, incentivando a sua participação ativa.

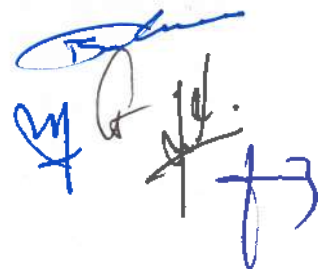
Conclusão

Com o presente relatório permite-se refletir sobre as atividades desenvolvidas, tanto no Centro de Dia, como no Serviço de Apoio Domiciliário, comprovando a sua

Belem
M. A. *1/10/25*
13

relevância para o bem-estar e qualidade de vida dos Utentes. É possível constatar que a diversidade de atividades, de cada tipologia, contribui para a estimulação cognitiva, motora, sensorial e emocional dos Utentes, promovendo a autonomia, socialização e participação ativa.

De todas as atividades/experiências, reforço a importância de uma intervenção humanizada. Num mundo que se torna cada vez mais tecnológico, é cada vez mais necessário promover experiências que priorizem a proximidade, o respeito pelo outro, o acolhimento e a dignidade de cada pessoa, apesar da sua história de vida.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

ANEXO IV

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM CRECHE
(Berçário aos 2-3 anos)**

Ano Letivo: 2025-2026

Valência: Creche CBESGR

Faixa Etária: Berçário aos 2-3 anos

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades que estão a ser desenvolvidas ao longo do ano letivo na valência de creche, abrangendo crianças desde o berçário até aos 2-3 anos de idade. Para além das **atividades temáticas anuais** previamente definidas (OUTONO, DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO, SÃO MARTINHO, DIA NACIONAL DO PIJAMA, NATAL, INVERNO, DIA DE REIS, CARNAVAL DIA DO PAI, DIA DA ÁRVORE, PRIMAVERA, PÁSCOA, DIA DA MÃE, VISITA DE ESTUDO AO MONTE SELVAGEM, DIA MUNDIAL DA CRIANÇA, FESTA DE FINAL DE ANO LETIVO E CHEGADA DO VEÃO), são dinamizadas diversas experiências educativas que visam promover o desenvolvimento global e harmonioso da criança, respeitando as suas características individuais, interesses e ritmo de aprendizagem.

2. Áreas de Desenvolvimento e Atividades Desenvolvidas

2.1. Área da Expressão e Comunicação

São promovidas atividades que estimularam a linguagem oral e a comunicação, tais como:

- Exploração de histórias, lengalengas e canções;
- Identificação e nomeação de objetos e imagens;
- Participação em pequenos momentos de diálogo em grupo;
- Atividades de expressão plástica (pintura, colagem, desenho livre), incentivando a criatividade e a expressão individual.

2.2. Área Motora

No âmbito do desenvolvimento motor, são realizadas atividades que favoreceram a coordenação e o controlo corporal:

- Exercícios de motricidade global (gatinhar, andar, correr, saltar);
- Circuitos motores simples;
- Jogos com materiais diversificados (bolas, arcos, blocos);
- Sessões semanais de expressão motora e dança, promovendo o ritmo, a coordenação e a consciência corporal.

2.3. Área Sensorial

São proporcionadas experiências sensoriais diversificadas, fundamentais nesta faixa etária:

- Exploração de diferentes texturas (areia, água, massas, tecidos);
- Atividades com estímulos visuais, auditivos e táteis;
- Jogos de manipulação, encaixe e construção.

2.4. Área Cognitiva

As atividades desenvolvidas visam estimular o pensamento e a curiosidade:

- Jogos de associação (cores, formas, tamanhos);
- Exploração de conceitos básicos (grande/pequeno, dentro/fora, cheio/vazio);
- Observação e exploração do meio envolvente;
- Resolução de pequenas situações-problema adequadas à idade.

2.5. Área Social e Emocional

É dada especial atenção ao desenvolvimento pessoal e social das crianças:

- Promoção da autonomia nas rotinas diárias (alimentação, higiene, arrumação);

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 23 2125-027 GLÓRIA DO RIBATEJO

NIPC: 501519610; TELEF. 263595743; EMAIL: geral@cbesgr.pt; WEB: www.cbesgr.pt



- Estabelecimento de regras simples de convivência;
- Incentivo à partilha e à interação com os pares;
- Identificação e expressão de emoções.

2.6. Brincadeira Livre e Orientada

O brincar assume sempre um papel central no processo educativo:

- Momentos diários de brincadeira livre;
- Atividades orientadas com intencionalidade pedagógica;
- Jogos simbólicos e de imitação.

2.7. Contacto com o Exterior

Sempre que possível, são dinamizadas atividades em espaço exterior:

- Utilização do recreio;
- Exploração de elementos naturais;
- Estímulo ao contacto com o meio ambiente.

3. Metodologia

As atividades são planeadas de acordo com uma abordagem pedagógica centrada na criança, privilegiando o brincar como principal meio de aprendizagem. Foi adotada uma metodologia ativa e participativa, baseada na observação, experimentação e interação.

As rotinas diárias são estruturadas de forma a proporcionar segurança e previsibilidade, fundamentais nesta etapa do desenvolvimento.

4. Avaliação

A avaliação é contínua e formativa, baseada na observação direta das crianças, permitindo ajustar as práticas pedagógicas às necessidades e progressos individuais. No final do ano lectivo e após reunião com as famílias, irá ser entregue a grelha de registo de observação e avaliação referente a cada criança. Até à data, tem-se verificado uma evolução positiva ao nível das competências motoras, cognitivas, sociais e emocionais em todas as crianças que frequentam a nossa oferta social de creche.

5. Conclusão

Estas atividades que são desenvolvidas ao longo do ano contribuem de forma significativa para o desenvolvimento global das crianças, promovendo aprendizagens essenciais de forma lúdica e significativa. O ambiente educativo proporcionado tem-se revelado adequado, estimulante e seguro, favorecendo o bem-estar e o crescimento harmonioso de cada criança.



CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Associados do CBESGR, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar em **28 de março de 2026, pelas 16,00 horas**, na Sede da Instituição, sita na Av. Estados Unidos da América, 23 Glória do Ribatejo, ao abrigo do artigoº 23 nº 1 e da alínea c) do artigoº 22 dos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Ação e das Contas de Gerência do Ano de 2025;**
- 2 – Análise e Votação do Parecer do Conselho Fiscal relativo às Contas de Gerência Ano de 2025;**
- 3 – Informações e esclarecimentos aos associados do CBESGR.**

Nota 1: De acordo com o artigoº 24 nº 1 do Estatutos, se à hora marcada, não estiverem presentes mais de metade dos Associados do CBESGR, a Assembleia Geral Ordinária, reunirá meia hora mais tarde, com qualquer nº de presentes.

Glória do Ribatejo, 28 de fevereiro de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

Francisco Monteiro Cristóvão



CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DE GLÓRIA DO RIBATEJO

Contribuinte n.º 501519610

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2026

ACTA N.º 1/2026

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Geral do Centro de Bem Estar Social de Glória do Ribatejo, pelas dezasseis horas na Sede da Instituição sita na Av. Estados Unidos da América, n.º 23, Glória do Ribatejo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Acção e das Contas de Gerência do Ano de 2025.-----

Ponto Dois – Análise e Votação do Parecer do Conselho Fiscal relativo às Contas de Gerência do Ano de 2025 -----

Ponto Três – Informações e Esclarecimentos aos Associados do CBESGR.-----

Cumpridos os requisitos legais, nomeadamente o n.º1 do artigo 24.º dos Estatutos e o n.º 1 do artigo 61.º do Decreto- Lei n.º172-A/2014 de 14 de Novembro, a Assembleia Geral reuniu em segunda convocatória às dezasseis horas e trinta minutos com as seguintes presenças (lista anexa à acta) e com a seguinte composição da Mesa.-----

Presidente da Assembleia Geral – Francisco Monteiro Cristóvão-----

Primeiro Secretário – Ricardo Manuel Monteiro Peixe-----

Segunda Secretária – Sara Isabel Gomes Verde Fonseca-----

Iniciada a sessão, efectuou-se a leitura da acta da sessão anterior que sujeita a votação foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto Um – Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Acção e das Contas de Gerência do Ano de 2025. -----

Interveio o Senhor Presidente da Direcção que fez uma apresentação detalhada dos documentos em discussão. -----

Não havendo quaisquer pedidos de esclarecimento, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Dois – Análise e Votação do Parecer do Conselho Fiscal relativo às Contas de Gerência do Ano de 2025. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Geral, dando conhecimento do parecer favorável do Conselho Fiscal, relativo aos documentos em discussão -----

Não havendo quaisquer pedidos de esclarecimento, colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Três – Informações e Esclarecimentos aos Associados do CBESGR. -----

Interveio o Senhor Presidente da Direcção, que prestou algumas informações sobre assuntos ligados à actividade da Instituição. -----

Relativamente à construção da Resposta Social ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, informou que a obra está concluída, estando unicamente a decorrer o

84
7-3

processo de regularização e certificação de alguns projectos de especialidade relativos ao edifício. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e quarenta minutos foi encerrada a sessão, para constar se lavrou a presente acta. -----

O Presidente da Assembleia Geral - *Franco Mourão Cristóvão*

O Primeiro Secretário - *Ricardo Manuel Monteiro Peire*

A Segunda Secretária - *Sara Isabel Gomes Verde Fonseca*



CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL
DE
GLÓRIA DO RIBATEJO

Assembleia Geral – 28 de março de 2026

	NOME	ASSINATURA
1	Rogério Nunes Monteiro	
2	Francisco Monteiro Cristóvão	Francisco Monteiro
3	António Pote Domingos	
4	Clarisse Fonseca	
5	Custódio Gomes	
6	Maria Mariana Nunes Alexandre	
7	Cristóvão Filipe Abade	
8	Manuel Custódio Pereira Caneira	
9	Umbelina Pereira Caneira	
10	Custódia Quitéria Pereira Caneira	
11	Abel Silva de Melo	
12	Lúisa Maria Gil	
13	António da Fonseca	
14	José Monteiro Gomes	
15	Cristóvão Manuel Agostinho Oliveira	Cristóvão Oliveira
16	João Luís Caneira Rodrigues	
17	José Palhas Belo	
18	Joaquim Ferreira Nunes	
19	Maria Guilhermina Cardoso	
20	Silvestre Constantino Ferreira Fino	
21	Sara Fonseca	Sara Fonseca
22	Ana Margarida Monteiro Nunes	
23	Margarida Caneira Monteiro	
24	Maria Aida Silvestre Monteiro	

MA

25	Laura Filipe	
26	Faleceu	
27	Dionísio Batista Gomes Bernardino	20-56-31
28	João Batista de Oliveira	
29	Gertrudes N. Caneira Monteiro	
30	Manuel José Teixeira Rocha Antelo	
31	Ricardo Manuel Monteiro Peixe	
32	João Pedro Palhas Gregório	
33	Nuno Filipe M. Nunes Monteiro	
34	Sara Cristina Monteiro Caneira	
35	António João Gomes Caneira	
36	António Manuel Antunes Simões	
37	Vítor José Pereira	
38	João Manuel de Oliveira Monteiro	
39	Jacinta Maria Madelino Caneira	
40	Maria Carolina Sirgado	
41	José Eugénio Pereira Caneira	
42	José Pirralha	
43	Maria Fátima das N. Barra Pirralha	
44	Bruna Maria Batista Monteiro	
45	Armandino Monteiro Nunes	
46	Bruno Manuel Cristóvão Sequeira	
47	Noel Gomes Pereira Caneira	
48	Cidália Maria de Oliveira Caneira	
49	António Manuel Pereira Nunes	
50	Alexandra Filipa Caneira Damião	
51	José Monteiro Madelino	
52	Gertrudes Margarida Monteiro	
53	Vânia Sofia Abade Monteiro	
54	José Venda de Oliveira	
55	Gracinda Venda de Oliveira	
56	Rita Maria Inocência	
57	Sofia Alexandra Monteiro Batista	
58	Guilhermina Modesto Monteiro	
59	Inácio Constantino Pereira Caneira	
60	Linda da Venda Nunes Caneira	
61	Nélson Ferreira Monteiro	

24

62	Celestino Silvestre da Silva	
63	Laura Maria Monteiro Abade	
64	António Pereira Caneira	
65	Jacinta Ana F. Fernandes Caneira	
66	Maria Madalena F. M. Mendes Pereira	
67	Luís Miguel Oliveira Pereira	
68	João Monteiro de Oliveira	
69	Jacinta Maria Monteiro	
70	Carla Maria Dias Gomes	
71	Hugo Carlos das Neves Damas	
72	Célia Maria Dias Gomes	
73	Hugo Miguel Oliveira Ferreira	
74	Manuela Cristina de Oliveira	
75	Lúcia Quitéria Monteiro	
76	Maria do Carmo de Oliveira Pires Gomes	
77	Daniel Silva Gomes	
78	Alexandre Modesto Nunes	
79	Manuel de Oliveira Silvestre	
80	Jacinta Hercília Bernardino Gomes Caneira	
81	Hermínia de Oliveira Monteiro Cristóvão	
82	Manuela Sequeira Pereira da Costa Ribeiro	
83	MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA	
84	JOÃO PEDRO MONTEIRO PEREIRA	
85	LICINIO EMÍDIO GOMES CAEIRO	
86	MARIA GOMES CAEIRO	
87	FÉLIX JOSÉ CONSTANTINO	
88	ALEXANDRINA GOMES CONSTANTINO	
89	MARILIA ISABEL DA SILVA LOPES	
90	DINA MARIA PALHAS AGOSTINHO	
91	JOÃO MANUEL MENDES PEREIRA	
92	ANA PEREIRA DE OLIVEIRA	
93	JOSÉ GREGÓRIO DA FONSECA	
94	MARIA RICARDINA PEREIRA CANEIRA PEIXE	
95	MANUEL ANTÓNIO DA FONSECA CANEIRA	
96	JOSÉ POTE MONTEIRO	
97	MARIA ALICE INOCÊNCIO	
98	CARMINA RODRIGUES MIDÕES	

ef

99	JOAQUIM GOMES PEREIRA CANEIRA
100	JACINTA MARIA DE OLIVEIRA
101	JOANA FILIPA DOMINGOS FÉLIX
102	SILVESTRE PEIXE FEIJÃO
103	ALDA ISABEL MONTEIRO
104	QUITÉRIA GENOVEVA
105	ANTÓNIO OLIVEIRA CANEIRA
106	MARIA INOCÊNCIO DOMINGOS
107	NICOLAU DA SILVA APOLINÁRIO
108	M ^o MENDES CARDOSO SILVA APOLINÁRIO
109	ARCINDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
110	MANUEL DE OLIVEIRA
111	JOAQUINA ALEXNADRE SILVESTRE
112	NELSON BERNARDINO MONTEIRO CANEIRA
113	MARIA DO ROSÁRIO MONTEIRO CENEIRA
114	CONSTANÇA PEREIRA CANEIRA MONTEIRO
115	DUARTE ALEXANDRE SANTOS JACINTO
116	LILIANA DOMINGOS NUNES
117	ALEXANDRINA CANEIRA DOMINGOS MONTEIRO

Glória do Ribatejo, 28 de março de 2026

O Presidente da A. Geral

Francisco Monteiro Cristóvão